



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

A Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, Prof^a. Dr^a. Kely de Picoli Souza, no uso de suas atribuições legais, na forma da Portaria N. 1.008/RTR, de 13 de novembro de 2015, e considerando as disposições do art. 51, inciso II, e do art. 53, *caput* e parágrafo 1º, do Estatuto da UFGD; torna público o presente Edital, para abertura de inscrições visando à seleção de candidatos para o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em **Educação, Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação**, em nível de Mestrado, com até 27 (vinte e sete) vagas e ingresso no **primeiro semestre letivo** de 2018, e, em nível de Doutorado, com até 12 (doze) vagas e ingresso no **segundo semestre letivo** de 2018, sendo no mínimo 20% (vinte por cento) desse total de vagas reservadas para cotas, em conformidade com a Resolução COUNI/UFGD N. 176, de 20 de julho de 2017, observadas as seguintes especificações:

I DAS VAGAS:

- O número de vagas totais, por nível, por linha, de ampla concorrência e de reservas para cotas poderá não ser preenchido nos casos de não haver candidatos aprovados em número suficiente.
- As vagas reservadas para cotas, em hipótese alguma poderão ser preenchidas por candidatos aprovados em lista de espera da ampla concorrência, conforme prevê as normas complementares para seleção de candidatos às vagas reservadas para cotas, em Anexo VII, complementar a este edital.

1.1 - Vagas de Mestrado

Linhas de Pesquisa	Ampla Concorrência	Reservadas para Cotas	Subtotal da Linha
História da Educação, Memória e Sociedade	07	02	09
Políticas e Gestão da Educação	07	02	09
Educação e Diversidade	07	02	09

1.2 - Vagas de Doutorado

Linhas de Pesquisa	Ampla Concorrência	Reservadas para Cotas	Subtotal da Linha
História da Educação, Memória e Sociedade	03	01	04
Políticas e Gestão da Educação	03	01	04
Educação e Diversidade	03	01	04



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

II PERÍODO E LOCAL DE INSCRIÇÃO:

- Período de inscrição: 09 de outubro de 2017 a 06 de novembro de 2017.
- Local: site: <<http://www.ufgd.edu.br/posgraduacao>>.
- Informações: <spgfaed@ufgd.edu.br> e <http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao> ou pelo telefone (67) 3410- 2120.
- Homologação das inscrições do curso de mestrado: A relação das inscrições homologadas será divulgada até o dia 10 de novembro de 2017 no site: < <http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/editais-selecao> e nos murais da Faculdade de Educação.
- Homologação das inscrições do curso de doutorado: A relação das inscrições homologadas será divulgada até o dia 29 de janeiro de 2018 no site: < <http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/editais-selecao> e nos murais da Faculdade de Educação.

III DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA INSCRIÇÃO:

3.1 Documentos comuns para os candidatos aos cursos de Mestrado e de Doutorado

- Comprovante de inscrição impresso e assinado, após o preenchimento completo da ficha de inscrição *on-line*, disponível no site: <<http://www.ufgd.edu.br/posgraduacao>>;
- Taxa de Inscrição: ISENTO (não é necessário recolher taxa e anexar comprovante);
- Termo de opção e autodeclaração (Anexo VIII deste edital) devidamente preenchido e assinado pelo candidato e obrigatoriamente entregue por todos os candidatos (todos e não somente os cotistas) dentro de um envelope separado, específico e lacrado, contendo exclusivamente a expressão “Anexo VIII” e o nome do candidato escrito na parte externa do envelope (na parte externa do envelope não poderá haver qualquer informação que identifique a opção do candidato por concorrer ou não a vagas reservadas para cotas);
- Fotocópia da Cédula de identidade;
- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do CPF (dispensada quando o número constar do documento de identidade);
- Fotocópia do Passaporte (obrigatória apenas para estrangeiros fora do MERCOSUL);
- Fotocópia do Título de eleitor e comprovante da última eleição;
- Fotocópia do Comprovante de quitação com o serviço militar, se for o caso;
- 1 (uma) foto 3x4 recente;
- 1 (uma) cópia impressa do Currículo *Lattes* atualizado, a partir de outubro de 2017 (disponível para preenchimento no site: <<http://lattes.cnpq.br>>);
- Fotocópia do histórico escolar do curso de graduação;
- Candidatos que sejam pessoa com deficiência e demandem condições especiais para a realização de provas (nos termos da legislação e da política inclusiva da UFGD) deverão encaminhar junto com a inscrição a solicitação de condições especiais (Formulário em Anexo VI, complementar a este edital) e a comprovação da deficiência por meio de laudo expedido por profissional com registro no Conselho Regional de Medicina.
- **Candidatos Estrangeiros:**
Inscrição: Os candidatos estrangeiros devem providenciar autenticação do diploma, do histórico escolar e da certidão de nascimento ou casamento junto à repartição consular do seu país de origem.

3.2 Documentos específicos para candidatos ao Curso de Mestrado:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- Fotocópia autenticada do diploma ou atestado de conclusão de curso de graduação plena – Licenciatura e/ou Bacharelado - reconhecidos no Brasil, sendo preferenciais aqueles oriundos dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas. Concluintes de cursos de graduação podem inscrever-se apresentando apenas atestado de que estão cursando o último ano do curso de graduação; caso sejam aprovados, no entanto, deverão apresentar, no ato da matrícula, o diploma ou o certificado de conclusão do curso;
- Versão impressa do Plano de Pesquisa (obrigatoriamente sem a identificação do nome do candidato), de 6 a 10 laudas e nas normas da ABNT, com destaque para a delimitação do objeto de investigação, objetivos e metodologia. O Plano deve conter: título, introdução, justificativas; explicitação do problema e delimitação do objeto de estudo, com desejável fundamentação teórica; objetivos, metodologia, bibliografia e cronograma. O Plano deve ter tema e abordagem, obrigatoriamente vinculados a Linha de Pesquisa e a um dos Projetos de Pesquisa de um dos orientadores indicados, conforme “Quadro de Projetos de Orientadores com Vaga” (Divulgado em Anexo III, complementar a este edital).
- Mídia removível contendo cópia digital em formato PDF do Plano de Pesquisa (obrigatoriamente sem a identificação do nome do candidato, tanto no arquivo como no nome do arquivo). Tanto na versão impressa como na versão digital, o Plano de Pesquisa deve obrigatoriamente conter a indicação do nome de dois prováveis orientadores da Linha em que o candidato se inscrever, em ordem de preferência (a indicação destes nomes deve ser feita pela vinculação do Plano de Pesquisa do candidato a Projetos de Pesquisas dos indicados, não sendo necessário obter a anuência, concordância ou aceite prévio dos indicados).
- Uma síntese, de até duas laudas, sobre a compatibilidade do perfil, da trajetória e das condições do candidato para o desenvolvimento da pesquisa proposta;
- Quadro de Pontuação do Currículo para Mestrado (Anexo IV, complementar a este edital) devidamente preenchido, acompanhado de cópias dos documentos comprobatórios, encadernados e organizados na ordem prevista no quadro. Serão consideradas apenas as atividades dos anos de 2014 até a data da inscrição.

3.3 Documentos específicos para candidatos ao Curso de Doutorado:

- Fotocópia autenticada do diploma de curso de graduação plena – Licenciatura e/ou Bacharelado - reconhecidos no Brasil, sendo preferenciais aqueles oriundos dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas;
- Fotocópia autenticada do diploma ou certificado de conclusão de curso de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado – reconhecido no Brasil. Candidatos prestes a concluir o mestrado podem inscrever-se, apresentando declaração do programa de origem de que se encontra em fase de defesa da dissertação; contudo o certificado de conclusão do mestrado ou a ata de defesa da dissertação deverão ser entregues até a data da matrícula, caso o candidato seja selecionado;
- Fotocópia do histórico escolar do curso de mestrado;
- Versão impressa do Plano de Pesquisa (obrigatoriamente sem a identificação do nome do candidato), com de 8 a 15 laudas e nas normas da ABNT, com destaque para a delimitação, objetivos, metodologia e diálogo teórico-temático com a bibliografia. O Plano deve conter: título, introdução com justificativas; explicitação do problema e delimitação do objeto de estudo, com obrigatória fundamentação teórica; objetivos, metodologia, bibliografia e cronograma. O plano deve ter tema e abordagem, obrigatoriamente vinculados a Linha de Pesquisa e a um dos Projetos de Pesquisa de um dos orientadores indicados, conforme “Quadro de Projetos de Orientadores com Vaga” (Anexo III, complementar a este edital).
- Mídia removível contendo cópia digital em formato PDF de um arquivo com o Plano de Pesquisa (obrigatoriamente sem a identificação do nome do candidato, tanto no arquivo como no nome do arquivo) e outro arquivo com a Dissertação de Mestrado do candidato. Tanto na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

versão impressa como na versão digital, o Planõ de Pesquisa deve obrigatoriamente conter a indicação do nome de dois prováveis orientadores da Linha em que o candidato se inscrever, em ordem de preferência (a indicação destes nomes deve ser feita pela vinculação do Plano de Pesquisa do candidato a Projetos de Pesquisas dos indicados, não sendo necessário obter a anuência, concordância ou aceite prévio dos indicados).

- Uma síntese, de até duas laudas, sobre a compatibilidade do perfil, da trajetória e das condições do candidato para o desenvolvimento da pesquisa proposta;
- Quadro de Pontuação do Currículo para Doutorado (Anexo V, complementar a este edital) devidamente preenchido, acompanhado de cópias dos documentos comprobatórios, encadernados e organizados na ordem prevista no anexo. Serão consideradas apenas as atividades dos anos de 2014 até a data da inscrição.
-

Observações:

1. A solicitação de inscrição dos candidatos será efetivada a partir da postagem (via SEDEX com Aviso de Recebimento) de toda a documentação exigida neste Edital para o endereço abaixo especificado, até o dia 27 de outubro de 2017. Não serão consideradas inscrições cuja documentação venha a ser postada após a data acima referida. A documentação também poderá ser entregue na Secretaria de Pós-Graduação (sala 12/térreo) da Faculdade de Educação (FAED), na Unidade II/UFGD (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 - Dourados-MS), entre os dias 09 de outubro a 06 de novembro de 2017, das 8h às 11h, de segunda à sexta-feira, nos dias úteis. Endereço para postagem:

Universidade Federal da Grande Dourados
Programa de Pós-Graduação em Educação
Faculdade de Educação
Rodovia Dourados/Itahum – Km 12
CEP 79.825-900
Caixa Postal 364
Dourados – MS

2. A documentação deverá ser entregue em envelope lacrado contendo o nome do candidato, a Linha de pesquisa pretendida, o curso (mestrado ou doutorado) e a opção de língua para o exame suficiência.

3. No momento da entrega dos documentos de inscrição o candidato ou o seu representante assinará lista de comprovação de entrega. Não será realizada pré-conferência documental por nenhum servidor da UFGD.

IV PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO DOS CANDIDATOS:

4.1 Procedimentos comuns para os candidatos aos cursos de Mestrado e de Doutorado:

- **Análise da documentação apresentada:** com decisão de deferimento ou indeferimento da inscrição, conforme exigências documentais (considerando os documentos entregues no ato da inscrição, não sendo permitida complementação, suplementação ou substituição de documento após o final das inscrições).

4.2 Procedimentos específicos para candidatos ao Curso de Mestrado:

- **Prova escrita:** de caráter dissertativo, com no mínimo 2 e no máximo 6 laudas, abordando temas pertinentes à área da Educação, com base em temas sorteados (um tema por linha) no início da prova, a partir de listas de 7 (sete) temas previamente divulgados, com base na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

bibliografia indicada (relação de temas e bibliografia, em Anexo I, complementar a este edital) para a linha de pesquisa escolhida pelo candidato. A prova escrita tem caráter eliminatório e o candidato que não atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos em uma escala de 0,0 a 10,0 pontos, estará eliminado do processo, não sendo avaliado nas demais etapas do processo seletivo.

Outras informações importantes:

Os temas serão divulgados no site: <http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/editais-selecao> até o dia 02 de outubro de 2017.

A prova, de caráter eliminatório, terá duração de 04 (quatro) horas.

Não será permitida consulta bibliográfica ou documental durante a realização da prova.

Os candidatos deverão chegar, nas salas de prova, com 30 minutos de antecedência, para identificação pessoal e assinatura da lista de presença.

Data, local e horário da prova escrita: 20 de novembro de 2017, às 8h, na Faculdade de Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS).

- **Exame de suficiência em língua estrangeira:** consistirá em uma prova de caráter interpretativo, com permissão de uso de dicionário, destinada a aferir a habilidade do candidato em uma língua estrangeira (inglês, francês, espanhol, alemão ou guarani, conforme indicação do candidato no momento da inscrição) para candidatos lusófonos, ou em Língua Portuguesa para candidatos de países que não adotam o Português como língua oficial, e terá a duração máxima de 03 (três) horas. Esta prova não é eliminatória, sendo considerado aprovado o candidato que atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete) em uma escala de 0,0 a 10,0 pontos. Todos os candidatos devem fazer esta prova, mas somente será avaliada e atribuída nota à prova de suficiência em língua estrangeira dos candidatos que obtiverem um mínimo de 18 (dezoito) pontos na somatória das notas da prova escrita, análise curricular e arguição de projeto. O candidato aprovado e classificado que não atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete) no exame de suficiência em língua estrangeira terá o prazo máximo de 6 (seis) meses para cumprir esta exigência.

Data, local e horário do exame de suficiência em Língua Estrangeira: 20 de novembro de 2017, às 14h, na Faculdade de Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS).

- **Análise Curricular:** com nota de 0,0 a 10,0 pontos, da trajetória acadêmica, experiência profissional e produção científica do candidato, comprovada por meio do quadro documentado com os comprovantes das atividades.
- **Defesa do Plano de Pesquisa:** por uma subcomissão arguidora formada por, no mínimo, 02 (dois) professores do PPGEduc, com base em discussão com o candidato do Plano de Pesquisa e a síntese sobre a compatibilidade do perfil do candidato para o desenvolvimento da pesquisa proposta, entregue no ato da inscrição. Esta arguição será avaliada com nota de 0,0 a 10,0 pontos.

Data, local e horário da defesa do Plano de Pesquisa: de 04 a 09 de dezembro de 2017, de acordo com a convocação das linhas de pesquisas, nas dependências da Faculdade de Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS).

- A nota final do candidato será a média aritmética das notas atribuídas para as provas escrita, de análise curricular, de defesa de projeto e de suficiência em língua estrangeira, sendo considerados aprovados somente os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 7,0 (sete) pontos. Os candidatos aprovados serão classificados dentro do limite de vagas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ofertadas por linha de pesquisa, em listas separadas de vagas de ampla concorrência e vagas reservadas para cotas (e os aprovados e não classificados dentro do limite de vagas ofertadas, serão incluídos em listas de espera, também separadas por linhas e por natureza das vagas).

Obs.: Todo o processo de seleção será realizado por uma Comissão de Seleção especialmente constituída para essa finalidade, designada pela Direção da FAED e formada por professores do corpo docente do Programa, a partir de indicação das Linhas de Pesquisa.

Data e local de divulgação dos resultados da seleção ao curso de Mestrado:

- 10/11/2017 – Divulgação da homologação das inscrições;
- 24/11/2017 - Divulgação do resultado da prova escrita;
- 01/12/2017 – Divulgação do resultado da análise curricular;
- 11/12/2017 – Divulgação do resultado da arguição de plano de pesquisa;
- 13/12/2017 – Divulgação do resultado do exame de suficiência;
- 13/12/2017 – Divulgação do Resultado Final da Seleção, com orientador indicado.

Local: Murais da Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS) e no site:<http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/editais-selecao>

4.3 Procedimentos específicos para candidatos ao curso de Doutorado:

- **Análise Curricular:** com nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, em uma escala de 0,0 a 10,0 da trajetória acadêmica, experiência profissional e produção científica do candidato, comprovada por meio do quadro de pontuação documentado com comprovantes das referidas atividades.

Informação importante: A análise curricular tem caráter eliminatório e o candidato que não atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete) estará eliminado do processo, não podendo realizar as demais etapas.

- **Avaliação do Plano de Pesquisa:** com nota mínima para aprovação igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, em uma escala de 0,0 a 10,0, atribuída por uma subcomissão formada por, no mínimo, 02 (dois) docentes do PPGEduc, preferencialmente os indicados pelo candidato na inscrição como orientadores.

Informação importante: A avaliação do Plano de Projeto de Pesquisa tem caráter eliminatório e o candidato que não atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete) estará eliminado do processo, não podendo realizar as demais etapas.

- **Defesa do Plano de Pesquisa:** com nota de 0,0 a 10,0 por uma comissão arguidora formada por, no mínimo, 03 (três) docentes do PPGEduc (preferencialmente incluindo os indicados pelo candidato na inscrição como orientadores), com base em discussão com o candidato do Plano de Pesquisa entregue no ato da inscrição.

Data, local e horário da defesa do Plano de Pesquisa: de 19 a 24 de fevereiro de 2018, de acordo com a convocação das linhas de pesquisas, na Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS).

- **Exame de suficiência em língua estrangeira:** com permissão de uso de dicionário, em 02 (duas) línguas estrangeiras (inglês, francês, espanhol, alemão ou guarani) para candidatos lusófonos ou em Língua Portuguesa para candidatos de países que não adotam o Português como língua oficial, sendo considerado aprovado o candidato que atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete) em uma escala de 0,0 a 10,0 pontos (na média das duas provas para quem realizar os dois exames ou a nota de uma prova para quem for aproveitar uma suficiência do Mestrado).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Outras informações:

Somente será avaliada e atribuída nota à prova de suficiência em língua estrangeira dos candidatos que obtiverem um mínimo de 18 (dezoito) pontos na somatória das notas de: análise curricular, avaliação do projeto de pesquisa apresentado e arguição de projeto.

A prova de suficiência em língua estrangeira para doutorado não é eliminatória e o candidato aprovado e classificado no processo que comprovar a suficiência em uma língua, mas não atingir nota igual ou superior a 7,0 no exame de suficiência da segunda língua estrangeira terá o prazo máximo de 12 (doze) meses para cumprir esta exigência, tendo somente uma única oportunidade no mesmo idioma de inscrição.

Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média aritmética de notas, nas avaliações de análise curricular, avaliação do projeto de pesquisa apresentado, arguição de projeto e exame de suficiência em língua estrangeira, igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

O candidato poderá ser dispensado da suficiência de um dos idiomas estrangeiros, caso tenha sido aprovado e tenha concluído mestrado (reconhecido pela Capes) que exigiu a suficiência em uma das línguas estrangeiras previstas neste regulamento.

Data, local e horário do exame de suficiência em Língua Estrangeira: 19 de fevereiro de 2018, às 8h, na Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS).

Data e local de divulgação dos resultados da seleção ao curso de Doutorado:

- 29/01/2018 – Divulgação da homologação das inscrições;
- 02/02/2018 – Divulgação do resultado da análise curricular;
- 09/02/2018 - Divulgação do resultado da avaliação do Plano de Pesquisa;
- 28/02/2018 – Divulgação do Resultado do Exame de Suficiência;
- 28/02/2018 – Divulgação do Resultado Final da Seleção, com orientador indicado.

Local: Murais da Faculdade de Educação - Unidade II (Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Dourados, MS) e no site: <http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/editais-selecao>

V PERÍODO, HORÁRIO E LOCAL DE MATRÍCULA:

- Para o curso de Mestrado: A partir de 19 de fevereiro de 2018 em data divulgada por meio de convocação para matrícula.
- Para o curso de Doutorado: A partir de 11 de julho de 2018 em data divulgada por meio de convocação para matrícula.
- (on-line) no site:
< <http://www.ufgd.edu.br/posgraduacao/>>.

Obs.: Antes de efetuar a matrícula o aluno deverá fazer contato com seu orientador acerca das disciplinas que deverá cursar.

O candidato aprovado que não efetuar a matrícula no prazo estabelecido ou não apresentar qualquer um dos documentos exigidos perderá o direito à vaga.

Candidato estrangeiro: O candidato estrangeiro deverá apresentar, após o processo seletivo, cópia do R.N.E. (Registro Nacional de Estrangeiro) expedido pela Polícia Federal do Brasil, sem o qual não poderá efetuar sua matrícula.

VI INÍCIO DO CURSO:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

- Mestrado: a partir de 05 de março de 2018 em data a ser informada no ato da matrícula.
Doutorado: a partir de 06 de agosto de 2018 em data a ser informada no ato da matrícula.

VII OUTRAS INFORMAÇÕES:

- Os Cursos de Mestrado em Educação e Doutorado em Educação são recomendados pela CAPES/MEC com conceito 04 (quatro).
- A realização dos Cursos de Mestrado em Educação e Doutorado em Educação exige dedicação integral dos alunos às atividades acadêmicas.
- A documentação de inscrição do candidato não selecionado deverá ser retirada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação, até trinta dias após a divulgação dos resultados finais. Após esta data, a Secretaria não se responsabilizará pela guarda dos documentos.
- Não será permitido ao aluno selecionado o trancamento de matrícula no 1º semestre letivo.
- É vedado ao discente da UFGD inscrever-se no mesmo curso e nível em que se encontra matriculado.
- Mais informações poderão ser obtidas na Faculdade de Educação, pelo telefone (67) 3410-2120 (horário das 13h30min às 16h30min), pelos *e-mails*: spgfaed@ufgd.edu.br; ppgedu@ufgd.edu.br e no site: <<http://www.ufgd.edu.br/faed/mestrado-educacao>>.
- Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Educação.
- O prazo para interposição de recursos será de 48 horas a partir da publicação dos resultados das etapas. A Comissão de Seleção terá 48 horas para providenciar as resposta aos recursos impetrados.
- **Importante:** A UFGD não se responsabiliza pelo eventual não recebimento de solicitações de inscrição via Internet por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de dados, etc.

Kely de Picoli Souza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO I

TEMAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA PARA A PROVA ESCRITA

1.1 - TEMAS PARA A PROVA ESCRITA (MESTRADO) POR LINHAS DE PESQUISA

LINHA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE

1. Educação Brasileira: história e historiografia
2. Educação Brasileira: fontes históricas
3. Pesquisa em História da Educação Brasileira: aspectos teórico-metodológicos
4. História Oral e História da Educação: perspectivas de pesquisa
5. Memória, História e Educação: a problemática da pesquisa
6. Pesquisa em História da Educação Brasileira: temas e recortes
7. História da Educação Brasileira no século XX

LINHA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

1. A construção do direito à educação e sua efetivação no Brasil
2. A relação Público x Privado na Educação Brasileira
3. A pesquisa em políticas públicas de educação
4. Avaliação Educacional e Qualidade da Educação no Brasil
5. Plano Nacional de Educação: intenções e desdobramentos
6. Planejamento e Educação no Brasil do Século XXI
7. A Educação na Constituição Federal: balanços e perspectivas

LINHA: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

1. Educação e políticas de inclusão na atualidade: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;
2. Métodos e abordagens na pesquisa em educação e inclusão: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;
3. Fundamentos teóricos e conceituais da relação educação, inclusão e diversidade: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;
4. Educação, inclusão e diversidade no plano nacional de educação: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;
5. Balanço crítico da produção acadêmica na temática de educação, inclusão e diversidade: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;
6. Novas práticas pedagógicas em inclusão escolar: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

7. Formação de professores para a inclusão e diversidade: na perspectiva geral, da educação especial, da educação para promoção da diversidade étnicorracial e/ou na perspectiva da inclusão educacional pelas TICs;

1.2 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA PARA A PROVA ESCRITA (MESTRADO) POR LINHAS DE PESQUISA

LINHA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE

AMADO, Janaína Baptista de Figueiredo; FERREIRA, Marieta de Moraes: **Usos e Abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CATANI, D; FARIA FILHO, L. M. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT de História da Educação da ANPED (1985 - 2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p.113- 128, jan. /abr. 2002.

FARIA FILHO, Luciana Mendes de (Org.) **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção Memória da Educação)

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** (Vols. I, II e III) Petrópolis: Vozes, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves.; FARIA FILHO, Luciano. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 37-70, 2003.

LINHA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ARANDA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Franciele Ribeiro. O Plano Nacional de Educação e a busca pela qualidade socialmente referenciada. **Educação e Política em Debate** [online]. Uberlândia, v.3, n.2, p. 291-313, ago./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30281>>. Acesso em: 04 de out 2016.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de e AGUIAR, Márcia Ângela. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação e Sociedade** [online]. 2001, vol.22, n.77, pp. 49-70. ISSN 1678-4626. Disponível em:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0101-73302001000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 de out 2016.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**. [online]. 2012, vol.38, n.2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aoep633.pdf>>. Acesso em: 04 de out 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por um novo plano nacional de educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, vol.41, n.144, pp. 790-811, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a08.pdf>>. Acesso em: 27 out 2015.

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. vol. 94 no.23 Brasília maio/ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S2176-66812013000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 de out 2016.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, vol.34, n.123, pp. 539-55, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>>. Acesso em: 27 out 2015.

FONSECA, Marília. Planejamento educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas de governo e as demandas da sociedade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. **Gestão local e efetivação do direito à educação**. 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org>>. Acesso em: 04 de out 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A qualidade do ensino como parte do direito à educação**: um debate em torno dos indicadores. In: PINHO, S. Z. (Org.). **Formação de Educadores: dilemas contemporâneos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011, v. 1, p. 145-154.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Direito à Educação e Federalismo no Brasil. **Retratos da Escola**, v. 6, p. 39-47, 2012. Disponível em <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/issue/view/13>>. Acesso em: 04 de out 2016.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cesari de.; SCAFF, Elisangela Alves da Silva; SENNA, ster. Estado, desenvolvimento e educação nos planos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. **Política e planejamento educacional no Brasil do século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições no papel do Estado: parcerias público privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 21(47), 2013. Disponível em <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1166>>. Acesso em: 04 de out 2016.

RBPAE. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. A Constituição Federal 25 anos depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais. **Dossiê**. v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/current/showToc>. Acesso em: 04 de out 2016.

REAL, Giselle Cristina Martins Real; MOREIRA, Ana Carolina Santana. Acesso à educação superior e ativismo judicial: análise das decisões do TJMS. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2015. Trabalho GT11. Disponível em: <



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3856.pdf> >. Acesso em: 04 de out 2016.

LINHA: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MENDES, E.G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Martins, 2010.

MENDES, G. M. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO II

DOCENTES DO PROGRAMA COM OFERTA DE VAGA NO PROCESSO SELETIVO, POR
LINHA DE PESQUISA E CURSO

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade

Nome	Vagas		Permanente (P) Colaborador (C)
	Mestrado	Doutorado	
Alessandra Cristina Furtado	X	X	P
Eurize Caldas Pessanha		X	P
Kênia Hilda Moreira	X		P
Magda Carmelita Sarat Oliveira	X	X	P
Maria do Carmo Brazil	X	X	P
Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani	X		P

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão da Educação

Nome	Vagas		Permanente (P) Colaborador (C)
	Mestrado	Doutorado	
Elisângela Alves da Silva Scaff	X	X	P
Fábio Perboni	X		P
Giselle Cristina Martins Real	X	X	P
Maria Alice de Miranda Aranda	X		P

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade

Nome	Vagas		Permanente (P) Colaborador (C)
	Mestrado	Doutorado	
Aline Maira da Silva	X		P
Eugenia Portela de Siqueira Marques	X		P
Morgana de Fátima Agostini Martins	X	X	P
Reinaldo dos Santos	X	X	P
Thaise Silva	X		P



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO III

RELAÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA DOS DOCENTES

LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E SOCIEDADE

Alessandra Cristina Furtado

INVENTÁRIO DE FONTES DOCUMENTAIS: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO E A PROFISSÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS E REGIÃO (1959-1996)

Este projeto tem o propósito de recuperar a história da formação e da profissão docente no município de Dourados/MS e região, no período de 1959 a 1996, por meio do levantamento, catalogação e descrição das fontes. A investigação será realizada nos acervos das antigas escolas de formação de professores do município de Dourados e da região, nas secretarias da educação, prefeituras, bem como nos arquivos públicos, bibliotecas de instituições de ensino superior e no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal da Grande Dourados. Como resultados espera-se que, essa proposta possibilite uma contribuição relevante à História da Educação Brasileira, ao analisar um conjunto de documentos que pode traçar um panorama de como eram as práticas de formação docente das escolas e o processo de profissionalização docente, no município de Dourados/MT e região.

Palavras-chave: Formação Docente. Profissão Docente. Fontes Documentais. História da Educação.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL NO SUL DE MATO GROSSO (1940 – 1980)

Este projeto de pesquisa propõe-se a investigar a história e a memória da Educação Rural, no estado de Mato Grosso, focalizando, principalmente, o Sul do Estado, no período compreendido entre as décadas de 1940 a 1980. Como desdobramentos, objetiva-se levantar, catalogar e digitalizar fontes documentais referentes à educação rural no Sul de Mato Grosso, mapear as modalidades de escola primária do meio rural, identificar o discurso oficial do Poder Público Federal, Estadual e Municipal em torno do ensino rural, examinar o processo de expansão destas modalidades de instituições escolares, investigar os investimentos e as estratégias de inspeção escolar, pesquisar a história dessas instituições escolares do meio rural, examinar os discursos que circularam na imprensa sobre o ensino rural e analisar o processo de formação e de profissionalização dos professores destas escolas rurais. Espera-se que este projeto possibilite uma contribuição relevante para à História da Educação no meio rural do Sul de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso).

Palavras-chave: Educação Rural. História da Educação. Fontes Documentais. Sul de Mato Grosso.

A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX: DO LOCAL AO INTERNACIONAL

Este projeto propõe-se em desenvolver e fomentar pesquisas em história da educação, com temas, recortes e objetos de estudos que englobam desde o local até o internacional. Como desdobramentos, em um primeiro momento, objetiva-se mapear fontes documentais referentes à imprensa periódica pedagógica e não pedagógica, à imprensa de circulação geral, aos livros didáticos e manuais escolares, à cultura escolar e à cultura material escolar, entre outros. Para num segundo momento, analisar as fontes documentais mapeadas, a partir de temas, recortes e objetos específicos da pesquisa em história da educação. Espera-se que este projeto contribua para ampliação dos estudos e das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

pesquisas em História da Educação do Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, no Brasil e em âmbito internacional.

Palavras-chave: Pesquisa. História da Educação. Recortes. Temas. Objetos.

Eurize Caldas Pessanha

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E COMPARADA (1942-1961)

A história do ensino secundário no Brasil vem sendo objeto recorrente de investigações na área de educação. Levantamento parcial, realizado no âmbito do Observatório de Cultura Escolar, identificou mais de 226 produtos, entre dissertações, teses, e artigos em revistas especializadas em história da educação com temas relacionados com ensino secundário, produção que cobre praticamente todos os estados brasileiros. No entanto, apesar do volume considerável, ainda há lacunas a serem preenchidas a respeito da história desse nível de ensino que vem sendo apontado como desafio atual para as políticas governamentais. Um desses desafios relaciona-se com as políticas governamentais formuladas e levadas a efeito, tanto em nível federal quanto estadual e municipal, para expandir e atender à crescente demanda por esse nível de ensino, principalmente no período de 1942 a 1961. Em todo o país a expansão e a propagação do ensino secundário foram muito lentas e receberam pouca atenção do poder público. Por outro lado, estudos coincidem ao apontar forte presença dos governos municipais no atendimento a essa demanda, quer seja tomando iniciativa de criação de ginásios, quer apoiando iniciativas de instituições não públicas, principalmente religiosas, e estaduais. Esse apoio incluía cedência de terrenos ou prédios e pagamento de professores. Mesmo levando-se em consideração que esse período assistiu a um processo de uniformização curricular com a Reforma Capanema associada aos mecanismos de inspeção, pouco se conhece sobre as formas que essa tentativa de homogeneização assumiu nas diferentes instâncias governamentais. Nesse sentido, este projeto tem como objetivo analisar as políticas governamentais para o ensino secundário (ginásios e colégios) em perspectiva comparada; análise ancorada nos documentos governamentais, em dados estatísticos sobre a oferta desse nível de ensino e na documentação escolar. Trata-se, portanto, da realização de uma operação historiográfica que busca localizar e comparar o que as fontes oferecem de informação sobre algumas "noções", aqui tratadas como áreas de comparação: "atendimento à demanda", "cultura escolar", "organização do trabalho escolar", "edifícios escolares". Para tanto, essas áreas de comparações traduzem-se não apenas na materialidade dos conceitos eleitos, mas também nos mercados simbólicos que os descreveram, interpretaram e localizaram em uma "retórica historiográfica". Assim, as áreas de comparação, no caso deste estudo, não estarão limitadas à descrição e, sim, intencionam expor argumentos relacionados aos conceitos teóricos, hipóteses ou modelos explanatórios, pelos quais escolhemos estabelecer a comparabilidade entre os movimentos, acima referendados, observados no interior dos objetos e fontes escolhidas.

Palavras-chave: Ensino secundário, ensino médio, estudos comparados.

Kênia Hilda Moreira

LIVROS DIDÁTICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CATALOGAÇÃO E ANÁLISE

Considerando a importância do livro didático como fonte para a história da educação e as dificuldades de localização, o presente projeto de pesquisa objetiva localizar, catalogar e analisar livros didáticos, manuais e cartilhas utilizados no contexto escolar brasileiro entre os séculos XIX e XX. Espera-se com este projeto, ampliar as pesquisas sobre análise de materiais didáticos no campo da história da educação, bem como da história das disciplinas escolares e da alfabetização, com ênfase na região Centro Oeste.

Palavras-chave: História das Disciplinas Escolares. Cultura Material Escolar. História dos livros didáticos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

IMPRESSOS PEDAGÓGICOS NO SUL DE MATO GROSSO ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1970

Objetiva-se desenvolver e fomentar pesquisas em história da educação no sul de Mato Grosso tendo os impressos pedagógicos como fonte/objeto de pesquisa. O recorte temporal se delimita entre início do século XX a meados da década de 1970. Como resultados espera-se, além da produção de pesquisas no campo, a criação de um acervo de impressos pedagógicos sul-mato-grossenses e a elaboração e publicação de um repertório analítico.

Palavras-chave: História da Educação Sul-Mato-grossense. Impressos pedagógicos. Repertório Analítico.

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E COMPARADA (1942-1961)

Objetiva-se analisar as políticas governamentais para o ensino secundário (ginásios e colégios) em perspectiva comparada. Análise ancorada nos documentos governamentais, em dados estatísticos sobre a oferta desse nível de ensino e na documentação escolar. Trata-se, portanto, da realização de uma operação historiográfica que busca localizar e comparar o que as fontes oferecem de informação sobre algumas "noções", aqui tratadas como áreas de comparação: "atendimento à demanda", "cultura escolar", "organização do trabalho escolar", "edifícios escolares". Para tanto, essas áreas de comparações traduzem-se não apenas na materialidade dos conceitos eleitos, mas também nos mercados simbólicos que os descreveram, interpretaram e localizaram em uma "retórica historiográfica".

Palavras-chave: Ensino secundário, ensino médio, estudos comparados.

Magda Carmelita Sarat Oliveira

EDUCAÇÃO, INFÂNCIA E PROCESSO CIVILIZADOR: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DE NORBERT ELIAS

A proposta investiga a infância e a história da educação das crianças a partir das teorias e contribuições sociológicas de Norbert Elias, enfocando a infância, a educação e o processo civilizador na ótica do referido teórico. Enfocamos temas como: Educação da Criança, Processo Civilizador, Culturas Infantis, História da Educação, Educação Infantil, Escola e Família, Relações de Gênero entre outros. Tais propostas são investigadas com enfoque teórico-metodológico da história oral e os estudos da memória.

Educação e Infância.

Palavras-chave: Processo Civilizador. História e Memória.

TRAJETÓRIAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PESQUISAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MATO GROSSO DO SUL

O projeto fomenta estudos e ações acerca das trajetórias docentes na Educação Infantil, a partir de uma proposta que objetiva realizar pesquisas que ampliem conhecimentos tanto nas dimensões conceituais como da prática pedagógica, do trabalho de qualidade junto às crianças de 0 a 5 anos em espaços coletivos da Educação Infantil. Possibilita aos profissionais que trabalham nessas instituições, o aprofundamento de concepções e práticas que estejam comprometidas com as crianças e a comunidade. Abarca três Microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul e suas instituições UFGD e UFMS.

Palavras-chave: Trajetórias docentes. Infância. Educação Infantil.

Maria do Carmo Brazil

O ENSINO NORMAL E A INVENÇÃO DAS "MOÇAS DE FAMÍLIA: ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DE FORMAÇÃO DOCENTE EM COLÉGIOS CONFESSIONAIS CATÓLICOS DO SUL DE MATO GROSSO: (1889-1971)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

A presente proposta insere-se na teia de esforços acadêmicos que vem desenvolvendo pesquisas sobre instituições escolares desde os anos 1990. A investigação transcorrerá sobre antigas instituições formadora de professores do Sul do antigo Mato Grosso, avaliando desde sua estrutura material até as formas de organização didática. Será dada uma rápida atenção ao período de transição entre o Império e a República a partir de investigações sobre as principais mudanças ocorridas no sistema de ensino nas instituições escolares em questão, contribuindo para a realização de um diagnóstico do cenário educacional brasileiro na época. Intencionamos evidenciar o papel que estas assumiram no momento de expansão da escola confessional católica de reorientações educacionais surgidas no referido recorte temporal. Essa inquirição procurará oferecer historicidade às instituições surgidas entre 1889-1950, considerando sua construção e arquitetura, como também sua importância enquanto canal de propagação do católico no sul de Mato Grosso.

Palavras-chave: Instituições confessionais católica. Formação docente. História da educação no sul de Mato Grosso.

Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E GINASIAL NO SUL DE MATO GROSSO: DISPOSITIVO DE ESCOLARIZAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (1955-1974)

O projeto de pesquisa objetiva investigar e analisar uma instituição escolar, de ensino primário e ginasial (atualmente ensino fundamental), localizada no município de Batayporã, MS, e inscrita em um projeto de colonização da Região do Vale do Ivinhema. Interessou descrever e analisar como a referida instituição apareceu e funcionou, nos anos de 1955 a 1974 (então sul de Mato Grosso), oferecendo educação escolar para crianças e adolescentes, filhos de colonos e trabalhadores locais. Indaga-se inicialmente se há relação entre seu aparecimento e o projeto de colonização em curso naquele momento e lugar e/ou se se trata de uma iniciativa inscrita na política de expansão do ensino primário do estado de MT. Pretende-se explicitar suas relações com a comunidade e as estratégias que naquele espaço-tempo se desenrolaram e lhe garantiram uma materialidade específica, como elemento da rede do dispositivo de escolarização.

Palavras-chave: História da educação. Escolarização. Estratégias.

ESCOLARIZAÇÃO E JUVENTUDE: A OBJETIVAÇÃO DOS SUJEITOS E A “CONSTITUIÇÃO DE SI” ENTRE POSSIBILIDADES E EXPECTATIVAS

A pesquisa objetiva diagnosticar as condições de oferta de educação escolarizada para a juventude no município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, e analisar as expectativas dos jovens matriculados no ensino médio e superior de cinco instituições públicas de ensino. A pesquisa pode ser problematizada nos termos de uma dupla entrada: como os processos de escolarização ou a educação “formal” e os discursos que sustentam sua imprescindível necessidade hoje, têm contribuído para a constituição dos jovens ou os tem objetivado em tal categoria e, simultaneamente, como estes tem subjetivado esse atributo e de quais técnicas/estratégias tem lançado mão para constituírem a si mesmos. Como metodologia vem sendo utilizada além de pesquisa documental, a de campo. Pretende-se com a pesquisa contribuir para ampliar as informações disponíveis acerca desse segmento social, das posições dos jovens frente aos processos educativos e atualizar as possíveis relações entre escolarização e subjetividades jovens.

Palavras-chave: Ensino Médio. Jovens. Processos de subjetivação.

MAPA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NO MATO GROSSO DO SUL: TEMÁTICAS/CATEGORIAS, RECORTES TEMPORAIS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS (1996-2016)

O projeto caracteriza-se como proposta de pesquisa científica e objetiva investigar e traçar um mapa da produção científica sobre as instituições escolares do estado, segundo os Programas de Pós-Graduação em Educação das faculdades e universidades do Estado de MS, levando-se em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

consideração as temáticas tratadas, recortes temporais e perspectivas teórico-metodológicas. Serão considerados para as buscas os bancos dos Programas, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pretende-se interrogar e analisar possíveis mudanças e/ou rupturas ocorridas nas categorias selecionadas pelo projeto durante as duas últimas décadas, a proliferação ou rarefação dessas produções, entendendo-as como discursos que, em certa medida, constituem as próprias instituições e a realidade educativa de que tratam.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Escolas. Discursos.

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Elisângela Alves da Silva Scaff

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL EM MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSSES: DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A proposta de pesquisa aqui apresentada propõe uma análise do processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação em 5 municípios sul-mato-grossenses, com vistas a identificar sua articulação com o Plano de Ações Articuladas (PAR). Para tanto, elege-se como objetivo geral da pesquisa: Analisar o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação em cinco municípios sul-mato-grossenses, de forma a identificar sua articulação com o Plano de Ações Articuladas (PAR) e as contribuições desse processo para a qualidade da educação municipal. São objetivos específicos: Identificar, no processo de elaboração do PME dos municípios selecionados, como se efetivou a articulação com o PAR; Analisar, no texto dos PMEs aprovados pelos municípios, como se expressa a relação com o PAR; Examinar o conteúdo da Meta 7 dos PMEs de forma a identificar as aproximações e distanciamentos em relação à meta estabelecida no PNE; Identificar as estratégias previstas no PME para atingir a meta 7 do PNE; Examinar o papel atribuído ao PAR para a efetivação dessas estratégias; Apontar e discutir as contribuições da articulação entre PME e PAR para o fortalecimento do planejamento e da avaliação educacional em nível local.

Palavras-chave: Planejamento educacional. Plano de Ações Articuladas. Plano Nacional de Educação.

Fabio Perboni

POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O presente projeto integra pesquisa coletiva desenvolvida no Âmbito do Grupo de Estudo Política Educacional e Formação de Professores (GEPPEF) e se propõe a investigar a implementação da política nacional de formação de professores, identificando a configuração da formação inicial em diversos cursos de licenciatura e da formação continuada de professores em diferentes níveis de ensino. Identificando como os mesmos implementam os normativos gerais sobre a temática e também analisando as práticas e concepções dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Política de formação docente. Valorização docente. Licenciaturas.

AValiação EXTERNA E EM LARGA ESCALA

A pesquisa analisa a formulação e implementação de políticas de avaliação externa e em larga escala pelos sistemas de ensino estaduais e municipais, procurando identificar as principais características destes, e as influências que exercem sobre as práticas educacionais, sobre a carreira docente, a gestão dos sistemas de ensino e das escolas.

Palavras-chave: Avaliação externa. Avaliação em larga escala. Usos e influências das avaliações externas.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA DO ENSINO

Analisar ações dos conselhos municipais de educação (CMes) do Brasil, com vistas a apreender suas contribuições para a efetivação da qualidade socialmente referenciada do ensino, identificar os processo de avaliação e monitoramento dos planos municipais e estaduais de educação. Pesquisa de caráter interinstitucional envolvendo as seguintes Universidades: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal da Grande



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Dourados (UFGD), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Goiás (UFG), com a coordenação geral da UFU.

Palavras-chave: PNE. Conselhos Municipais de Educação. Qualidade social e política da educação.

Giselle Cristina Martins Real

RESPOSTAS DAS AVALIAÇÕES SISTÊMICAS À QUALIDADE EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA BRASILEIRA EM MATO GROSSO DO SUL

A pesquisa tem como objetivo identificar os efeitos das avaliações sistêmicas na produção da qualidade educacional que vem sendo construída no contexto contemporâneo, observada nos aspectos de alterações das práticas de gestão das instituições e sistemas educacionais em Mato Grosso do Sul. A pesquisa é justificada pela centralidade que a avaliação sistêmica assume no Brasil desde os anos de 1990, produzindo um conjunto de resultados que são disponibilizados pelos órgãos gestores educacionais, e outros que podem ser identificados nas disposições dos órgãos de controle como o judiciário. Busca-se responder à seguinte problemática de pesquisa: Que alterações ocorrem na gestão escolar e institucional a partir da adoção das avaliações sistêmicas em Mato Grosso do Sul? Para responder à questão será tomado como parâmetro para a análise o acesso aos questionários do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) respondidos pelos gestores escolares e, mesmo, as jurisprudências do TJMS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), sobre a temática da avaliação. Espera-se, com a pesquisa, contribuir com a análise de efeitos das políticas, modalidade de estudo ainda incipiente no Brasil. Palavras-chave: Política educacional. Avaliação de política. Avaliação educacional.

EXPANSÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA FRONTEIRA: EFEITOS E IMPACTOS DO MERCOSUL

O presente projeto tem como objeto de pesquisa o mapeamento de efeitos na política de educação brasileira do processo de expansão da educação superior nos países fronteiriços, considerando o contexto da constituição dos blocos supranacionais, como o Mercosul Educacional. Especificamente, busca-se mapear o movimento boliviano de expansão da educação superior, uma vez que já há dados levantados pela literatura da área sobre o movimento de expansão da educação superior do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. A UFGD e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul se constituem como espaço privilegiado para estudos dessa natureza, uma vez que sofrem os efeitos e os impactos das políticas de educação superior construídas no âmbito do Mercosul Educacional, por estarem localizadas no estado de Mato Grosso do Sul, que faz fronteira geográfica com Paraguai e Bolívia, membros do Mercosul Educacional. Como procedimentos metodológicos adota-se a pesquisa quanti-qualitativa. O problema norteador da pesquisa pode ser sintetizado na seguinte forma: Quais, e em que medida, efeitos foram produzidos na educação superior brasileira, a partir do processo de expansão da educação superior dos países que compõem a faixa de fronteira com o Brasil, especificamente a Bolívia, a partir da adesão do Acordo do Mercosul? Tem-se como hipótese que o processo de mercadorização e massificação que caracteriza o sistema educacional brasileiro adquire contornos próprios, especialmente nos espaços fronteiriços, não considerados pelas políticas educacionais brasileiras. Acredita-se que respondendo ao questionamento levantado, este trabalho poderá contribuir com a produção do conhecimento sobre a expansão da educação superior no contexto do Mercosul e de seus efeitos para a educação superior brasileira e, ainda, pode contribuir para a definição de políticas que levem em conta o dinamismo das relações educacionais, especialmente focadas na educação superior, que ocorrem em faixas de fronteira.

Palavras-chave: Políticas de Expansão do Ensino Superior. Mercosul Educacional. Qualidade supranacional.

Maria Alice de Miranda Aranda

POLÍTICA, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O PROCESSO ALFABETIZADOR DA CRIANÇA EM FOCO

O objetivo é analisar políticas e práticas de gestão e de avaliação presentes no processo de organização e desenvolvimento da educação básica e dentre as suas etapas denominadas educação infantil, ensino fundamental e médio, visa imprimir prioridade aos três primeiros anos do ensino fundamental, indicados hoje pela política educacional brasileira como o período destinado à alfabetização da criança. Pretende-se ampliar e disponibilizar conhecimentos necessários à formação do profissional da educação e também contribuir com os gestores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

educacionais de Municípios e comunidade acadêmica sul-mato-grossense e brasileira no estudo de temas necessários e propícios para a configuração qualitativa da política educacional, enfatizando a gestão educacional e escolar, a gestão do processo alfabetizador.

Palavras-chave: Política Educacional. Gestão do Processo Alfabetizador. Qualidade da educação e do ensino.

A GESTÃO DO PROCESSO ALFABETIZADOR COM ENFOQUE NA POLÍTICA EDUCACIONAL: DO NACIONAL AO LOCAL

Estudar o tema da gestão escolar e da política educacional focando para as ações da escola pública de Educação Básica no que diz respeito a atender aos encaminhamentos voltados principalmente para a alfabetização da criança, oriundos do MEC e outros organismos nacionais e internacionais afins. Identificar e analisar a materialização, apreensão, ressignificação e processos de gestão escolar na escola pública e instituições correlatas, a exemplo da SEMED, SED, COMED, CEE, Conselho Tutelar, definidos como “local”, identificando instrumentos legais, administrativos e pedagógicos e focando para as práticas, ações, programas e projetos em curso, bem como buscar apreender o processo educacional e escolar decorrente dos encaminhamentos, proposições, orientações oriundas do MEC e seus organismos, definido como “nacional”.

Palavras-chave: Políticas de Avaliação da Educação Básica. PNAIC. Gestão educacional e escolar. Direitos de aprendizagem.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA DO ENSINO

Analisar ações dos conselhos municipais de educação (CMEs) do Brasil, com vistas a apreender suas contribuições para a efetivação da qualidade socialmente referenciada do ensino. Pesquisa de caráter interinstitucional envolvendo as seguintes Universidades: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Goiás (UFG), com a coordenação geral da UFU.

Palavras-chave: PNE (2014-2024.). Conselhos Municipais de Educação. Qualidade social e política.

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Aline Maira da Silva

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES, FAMILIARES E ALUNOS

O objetivo geral da pesquisa é caracterizar o perfil dos alunos com deficiência intelectual matriculados em escolas regulares de ensino fundamental do município de Dourados, assim como levantar informações sobre o processo de escolarização desses alunos, a partir da perspectiva dos professores (regentes e responsáveis pelas salas de recurso multifuncionais), familiares e dos próprios alunos. Espera-se traçar o perfil dos alunos com deficiência intelectual, assim como levantar informações referentes ao processo de inclusão escolar dos mesmos, inclusive no que diz respeito a relação estabelecida entre a escola e os familiares de tais alunos.

Palavras-Chave: Inclusão escolar. Deficiência intelectual. Relação família-escola.

Morgana de Fátima Agostini Martins

MAPEAMENTO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE DOURADOS

O presente projeto integra os trabalhos em rede de pesquisa com outras duas Universidades com pesquisas em três programas de Pós graduação (UEMS e UFMS). Tem como objetivo elaborar mapeamento e análise do uso das T.A. utilizadas no atendimento de alunos com deficiências sensoriais em Salas de Recursos Multifuncionais das redes públicas de ensino (estadual e municipal) dos três municípios mais populosos do estado de Mato Grosso do Sul - Campo Grande, Corumbá, Dourados. Espera-se contribuir para o processo de escolarização dos alunos com deficiência sensoriais inseridos na rede regular de ensino, com a construção de banco de dados de materiais e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

estratégias. Bem como favorecer e ampliar estratégias da Formação Inicial de Professores com vistas a implementar no cursos de licenciatura a cultura da equidade no Ensino Superior.

Palavras-chave: Educação Especial. Tecnologia Assistiva. Deficiências Sensoriais. Formação de Professores.

ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: IDENTIFICAÇÃO, INTERVENÇÃO E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO

Este Projeto objetiva compreender os efeitos da orientação/formação de agentes educacionais/saúde para a derivação de estratégias, a partir da identificação precoce dos sinais do transtorno do espectro autista em crianças de um a quatro anos inseridas na Escola comum. O trabalho é realizado com a utilização do Inventário Portage Operacionalizado (IPO), o instrumento M - CHAT nas versões para familiares e professores e a CARS – BR. O Projeto visa: 1) Identificar e avaliar e sinais precoces do Transtorno do espectro do autismo em crianças identificadas (por seus professores) como em situação de atraso no desenvolvimento. 2) Elaborar e avaliar a eficácia de programas de intervenção precoce específicos às necessidades das crianças e seus familiares que serão oferecidos aos professores e demais profissionais que atendam à criança-alvo. Espera-se contribuir para a identificação precoce de TEA, com ela as possibilidades de intervenções efetivas e, principalmente, favorecer a escolarização bem sucedida dessa população.

Palavras-chave: Educação Especial; Autismo; Formação de Professores; Orientação de Famílias.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS PEQUENAS COM ATRASOS NO DESENVOLVIMENTO/TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

Este trabalho integra o conjunto de pesquisas realizadas no Edital Educa da Fundect. O Projeto visa a construção de estratégias de estimulação essencial e procedimentos de ensino diferenciados que favoreçam a escolarização de crianças com deficiência na faixa etária de zero a seis anos, busca realizar junto a professores e demais agentes educacionais em escolas regulares e serviços multiprofissionais de atendimento à saúde infantil: 1) Identificação de quais conteúdos de desenvolvimento infantil possibilitariam diagnósticos de atrasos de desenvolvimento mais precoce e, a partir deles, a derivação de práticas educacionais que favoreçam a inclusão escolar e o desenvolvimento infantil; 2) Identificação e avaliação de características do desenvolvimento infantil, com vistas a diminuição de prejuízos, bem como a busca de intervenções a partir de estratégias de menor custo e maior benefício para criança e família; 3) Avaliação dos efeitos de Programas de Formação oferecidos a Profissionais da Saúde e da Educação que atuem junto a crianças pequenas com Transtorno de desenvolvimento/deficiências.

Palavras-chave: Educação Especial. Desenvolvimento Infantil. Programa de Formação. Formação Profissional.

Eugenia Portela de Siqueira Marques

ACESSO E PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS NO PERÍODO DE 2017 A 2020

Este projeto de pesquisa pretende analisar o acesso e a permanência da população negra na Universidade Federal da Grande Dourados, a partir da implantação Lei n.º 12.711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio. A Lei disciplina em seu artigo 1º que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em seu artigo 3º dispõe que em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º. da Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pretende-se observar se a Lei proporcionará o acesso étnico-racial em todos os cursos de graduação UFGD. Pretende-se analisar se as políticas de permanência da UFGD têm garantido a permanência dos ingressantes cotistas no período entre 2017 a 2020. A democratização do ensino superior tem sido discutida pela sociedade brasileira durante as últimas décadas como uma necessidade do estabelecimento de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de todos e promova a democratização da Universidade. Nas últimas décadas foram propostas políticas públicas, com programas específicos que garantam o acesso de estudante de baixa renda nesse nível de ensino. O Movimento Negro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Brasileiro historicamente denunciou as desigualdades educacionais entre brancos e negros e colocaram na agenda oficial do Governo a necessidade de criação de políticas afirmativas que foram significativas.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Sistema de Cotas para negros. Acesso e Permanência.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A DESCOLONIZAÇÃO CURRICULAR: O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DE 2012 A 2016

O projeto tem por objetivo ampliar os estudos e pesquisas sobre a implementação da História e Cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar das escolas públicas estaduais de Mato Grosso do Sul, por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. Os objetivos específicos consistem em: a) descrever as políticas de formação docente voltadas para a educação das relações étnico-raciais no MS; b) discutir os impactos da implantação da 10.639/2003 e 11.645/2008 no currículo escolar; c) Identificar os materiais pedagógicos produzidos pelos municípios que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o trabalho dos docentes, d) Mapear os projetos pedagógicos que objetivam a valorização e o respeito à diferença étnico-racial; e) Analisar as legislações estaduais no sentido de identificar propostas de diferenciação curricular ou pedagógica para atendimento às diferenças; f) Identificar e analisar, nos documentos curriculares locais e mecanismos propostos a perspectiva de educar para a diferença. Vivenciamos um tempo onde a diferença entre os povos se faz latente, e ainda continuamos a construir um mundo onde os povos africanos, afrodescendentes e indígenas são subjugados e subalternizados, onde ainda não damos conta de contrapor o discurso colonial vigente, na educação, currículo e práticas pedagógicas, assim, o projeto visa contribuir e potencializar a formação inicial e continuada de docentes, na perspectiva da construção de uma educação pública de qualidade, democrática e antirracista. O projeto será desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa consistindo em aprofundamento teórico, análise bibliográfica, documental e empírica, esta última realizada a partir de aplicação de questionários aos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Educação, Relações Étnico-raciais, Descolonização curricular.

Reinaldo dos Santos

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E TICS: DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS COMO RECURSO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO MIDIÁTICA E PROMOÇÃO DE AUTONOMIA COMUNICACIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O estudo tem como objetivo principal, desenvolver tecnologia social, por meio de produtos e serviços educacionais, para ações pedagógicas na escola, voltadas para a ampliação das possibilidades de uso e superação de dificuldades na recepção de objetos audiovisuais, mediados por recursos de acessibilidade midiática (RAM), para pessoas com deficiência auditiva. Tais recursos, em cumprimento à legislação, já são parcialmente e precariamente disponibilizados no Brasil, contudo, há limitações de natureza técnica que comprometem a qualidade da oferta, bem como dificuldades concernentes a habilidade necessária para a interação por parte dos usuários (surdos, pessoas com déficit auditivo e seus familiares), o que impossibilita o acesso pleno à comunicação, informação, entretenimento e etc. Trata-se de uma pesquisa de caráter interdisciplinar, com abordagem teórica fundamentada em autores que discutem a comunicação e a linguagem como pressupostos para a participação social e emancipação do sujeito, como Habermas por meio da Teoria da Ação Comunicativa e Bourdieu com a Economia das Trocas Linguísticas, além da utilização de autores temáticos que discutem sobre a educação de surdos e sobre as tecnologias da informação e comunicação como recurso de inclusão na contemporaneidade. O projeto será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental, estudo de painel, pesquisa de campo e intervenção pedagógica, bem como métodos e técnicas de pesquisa relacionados à análise de conteúdo, estudos de recepção em comunicação, estudo de painel de dados, pedagogia de projetos etc.

Palavras-chave: Educação. Tecnologias da Informação e Comunicação. Deficiência auditiva. Acessibilidade.

"PARA VER POR PALAVRAS": AUDIODESCRIÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INCLUSÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL (BOCA - BIBLIOTECA DE OBJETOS-DIGITAIS COMUNITÁRIOS EM AUDIODESCRIÇÃO)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Com base na teoria da comunicação bloqueada de Clauss Mueller que destaca que nas sociedades modernas um acesso bloqueado, limitado ou condicionado dos sujeitos aos meios oportunidades e práticas de comunicação bloqueia, limita e condiciona a vivência da cidadania por estes sujeitos, este projeto visa desenvolver tecnologia digital e social para difundir, de forma gratuita, a prática da audiodescrição e objetos digitais em audiodescrição como recursos para auxiliar, ampliar e qualificar a autonomia na comunicação e acesso à informação de pessoas com baixa visão ou cegas. A partir de metodologias de pesquisa social, educação inclusiva e de tecnologias de acesso democrático, propõe, por meio de redes colaborativas elaborar um modelo de produção de audiodescrição, multiplicar esta capacidade de produção por meio de processos e matéria pedagógicos e disponibilizar gratuitamente os conteúdos produzidos em um banco de dados por meio de um portal (BOCA-web) e de um app para smartphones (BOCA-app). Desenvolver tecnologia social e software para produção de conteúdos em audiodescrição, difusão de processos pedagógicos e materiais didáticos para ensino de audiodescrição e elaborar e disponibilizar gratuitamente recursos tecnológicos de acessibilidade, são os principais objetivos deste projeto.

Palavras-chave: Educação. Deficiência visual. Audiodescrição. Tecnologia assistiva.

Thaíse da Silva

TEORIAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO VISTAS COMO DISCURSOS ATRAVÉS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Este estudo tem por objetivo analisar como determinados métodos de alfabetização foram se constituindo culturalmente de forma a se tornarem hegemônicos a ponto de produzirem o que é tido como verdade durante um determinado momento histórico, subjetivando professores, alunos e práticas escolares durante um determinado período. O tempo histórico tomado como referência para a coleta de materiais será o ano de criação do estado do Mato Grosso do Sul até os dias atuais. Os materiais analisados serão os Guias dos livros didáticos, as cartilhas e/ou os livros de alfabetização e os Manuais do professor distribuídos para as escolas públicas durante este período. A concepção teórica será a dos Estudos Culturais tomados em uma perspectiva pós-estruturalistas e pós-modernos, aproximados aos estudos sobre letramento e alfabetização. A pesquisa realizada será do tipo documental e a análise do discurso é a metodologia utilizada para a análise dos dados, uma vez que dentro da concepção teórica que está sendo utilizada na investigação os textos presentes nos materiais didáticos são vistos como discursos que representam uma forma de pensar de um determinado grupo em um determinado tempo histórico. Algumas das questões nortearão este estudo são: Como se produziu a força discursiva dos principais métodos de alfabetização no Mato Grosso do Sul? Como as disputas de poder/saber marcaram cada “fase” da alfabetização deste estado? Como estes discursos aparecem representados nas cartilhas e nos livros de alfabetização?

Palavras-chave: Métodos de alfabetização. Discursos de alfabetização. Livros didáticos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO IV
Quadro de Pontuação do Currículo (Mestrado)¹

(Produção científica lançada no CV Lattes - Período: 2014 até a data da inscrição)

Nome do candidato (a): _____

Linha de Pesquisa: _____

I - Formação de Graduação (desde 1996)²		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
1	Conclusão de Licenciatura em Pedagogia		18		
2	Conclusão de Licenciatura na área de Ciências Humanas		15		
3	Conclusão de Licenciatura fora da área de Ciências Humanas		12		
4	Conclusão de Bacharelado na área de Ciências Humanas		09		
5	Conclusão de Bacharelado fora da área de Ciências Humanas		06		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 20 pontos)					
II - Iniciação Científica (desde 1996)³		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
6	Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC), por ano completo		10		
7	Bolsista de Iniciação a Docência (PIBID), por ano completo		08		
8	Bolsista PET, por ano completo		05		
9	Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC)		02		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 20 pontos)					
III - Aluno especial em PPG (desde 2014)⁴		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
10	Disciplina cursada em Educação (metade, se for menos de 45 h)		10		
11	Disciplina cursada em C. Humanas (metade, se for menos de 45 h)		08		
12	Disciplina cursada em outras áreas (metade, se for menos de 45 h)		06		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					
IV - Experiência em educação (desde 2014)⁵		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.

¹ Este quadro deverá ser preenchido pelo candidato, com indicação do anexo correspondente ao comprovante da atividade, que deverá estar numerado e ordenado. Cada uma das atividades que não estejam devidamente lançadas neste quadro (no item correspondente e com a pontuação correspondente), que não constem na versão do currículo Lattes entregue pelo candidato e/ou que não estejam devidamente comprovadas com o anexo indicado, terão sua pontuação anulada pela comissão de seleção.

² As atividades deste subgrupo são cumulativas (quem tem mais de uma graduação pode somar a pontuação até o máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia do diploma de graduação ou certificado de conclusão de curso (para cursos concluídos a menos de 3 anos) ou declaração de matrícula no último período letivo do curso.

³ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de itens até o máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de certificado, atestado ou declaração emitidas pela instituição de ensino superior.

⁴ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de mais de uma disciplina até o máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de atestado ou declaração do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

13	Mais de 2 anos de atuação na docência ou gestão na Educação		10		
14	Mais de 2 anos de atuação em outras funções na área de educação		05		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					
V - Trabalho apresentado pelo candidato em evento (desde 2014)⁶		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
15	Comunicação oral em evento acadêmico no Brasil		05		
16	Poster ou painel em evento acadêmico no Brasil		03		
17	Comunicação oral em evento acadêmico no exterior		10		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					
VI – Publicações qualificadas (desde 2014)⁷		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
18	Autoria de artigo científico publicado em periódico indexado da área de educação com qualis A1 a B2		60		
19	Autoria de artigo científico publicado em periódico indexado com qualis B3 a B5, até 3 autores		40		
20	Autoria de artigo científico publicado em periódico indexado sem qualis, desde que comprove conselho editorial com mais de 70% de doutores e seja publicado a mais de 3 números ou mais de 2 anos, até 3		20		
21	Autoria de livro científico, publicado por editora universitária ou que comprove conselho editorial com mais de 70% de doutores, até 3 autores (metade da pontuação se o meio de divulgação não for impresso)		60		
22	Autoria de capítulo de livro científico, publicado por editora universitária ou que comprove conselho editorial com mais de 70% de doutores, até 3 autores (metade da pontuação se o meio de divulgação não for impresso)		20		
Pontuação do subgrupo de atividades (sem limite máximo)					

Programa de Pós- Graduação reconhecido pela Capes, no qual conste o nome da disciplina, a carga horária, o período em que foi cursada e a aprovação do candidato.

5 As atividades deste subgrupo não são cumulativas e nem proporcionais. Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de carteira de trabalho (constando o período e a função), portaria de admissão (publicada em diário oficial), contrato de trabalho (registrado no órgão competente), demonstrativos de pagamento (holerites) ou declaração oficial assinada pela chefia/empregador, constando a função e o período. As atividades de docência são as de professor em escolas de educação básica e instituições de ensino superior. As atividades de gestão são as exercidas por profissional de nível superior em gestão, direção, coordenação ou supervisão pedagógica em escolas de educação básica, instituições de ensino superior e secretarias de educação. Outras atividades na área de educação são aquelas desenvolvidas em estabelecimentos (in loco, no estabelecimento) oficiais de ensino, como por exemplo, secretaria, técnicos, tutores, psicólogo, enfermeiro etc.

⁶ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de mais de um trabalho apresentado até o máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de certificado que conste que o candidato apresentou o trabalho e a modalidade de apresentação (comunicação oral ou pôster/painel), independente de o trabalho ter sido publicado ou não nos anais do evento. Eventos científicos são aqueles promovidos por instituições de ensino superior ou por sociedades científicas. Não é necessário anexar cópia do trabalho apresentado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

⁷ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de mais de uma publicação e não há limite máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de separata da publicação, contendo obrigatoriamente, as duas primeiras e as duas últimas páginas do livro, capítulo ou artigo, bem como das páginas do sumário, conselho editorial e ISBN/ISSN da obra. Publicações em meio eletrônico ou digital, também deve ser impressa a separata e indicado o link (URL) de publicação do trabalho. Não são contados apostilas, matérias didáticos, anais de eventos e obras não científicas (resultantes de pesquisa), mesmo se publicadas na forma de livro. Somente serão pontuadas obras efetivamente na data da inscrição do candidato, não sendo considerados aceites, atestados de publicação, obras no prelo ou publicadas posteriormente.

PONTUAÇÃO TOTAL: _____ (Máximo de 100 pontos)

NOTA: _____ (Nota = Pontuação dividida por 10)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO V

Quadro de Pontuação do Currículo (Doutorado)¹

(Produção científica lançada no CV Lattes - Período: 2014 até a data da inscrição)

Nome do candidato (a): _____

Linha de Pesquisa: _____

I - Formação de Mestrado (desde 2008)²		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
1	Conclusão de Mestrado Acadêmico em Educação		20		
2	Conclusão de Mestrado Acadêmico na área de Ciências Humanas		15		
3	Conclusão de Mestrado Acadêmico em outras áreas		10		
4	Conclusão de Mestrado Profissional em outras áreas		05		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 20 pontos)					
II - Tempo de conclusão do Mestrado (desde 2008)³		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
5	Tempo de conclusão do Mestrado, de até 24 meses		10		
6	Tempo de conclusão do Mestrado, de 25 a 27 meses		08		
7	Tempo de conclusão do Mestrado, de 28 a 30 meses		04		
8	Tempo de conclusão do Mestrado, de 31 meses ou mais		00		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					
III - Participação em Projeto com fomento Externo (desde 2014)⁴		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
10	Coordenador de Projeto de Pesquisa com fomento externo		10		
11	Membro de Equipe de Projeto de Pesquisa com fomento externo		08		
12	Colaborador em Pesquisa com fomento externo		05		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					

¹ Este quadro deverá ser preenchido pelo candidato, com indicação do anexo correspondente ao comprovante da atividade, que deverá estar numerado e ordenado. Cada uma das atividades que não estejam devidamente lançadas neste quadro (no item correspondente e com a pontuação correspondente), que não constem na versão do currículo Lattes entregue pelo candidato e/ou que não estejam devidamente comprovadas com o anexo indicado, terão sua pontuação anulada pela comissão de seleção.

² As atividades deste subgrupo são cumulativas (quem tem mais de um mestrado pode somar a pontuação até o máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia do diploma de mestrado ou certificado de conclusão de curso ou ainda ata de defesa com aprovação na banca. Serão contados somente Mestrados recomendados pela Capes e/ou diplomas reconhecidos pelas Capes. Para mestrados concluídos antes de 2008, contar somente metade da pontuação correspondente.

³ As atividades deste subgrupo não são cumulativas. O tempo de conclusão do mestrado deve ser comprovado por meio de cópia do histórico escolar de mestrado do candidato, no qual conste a data de ingresso no Programa (primeira matrícula) e a data de defesa da dissertação.

⁴ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de itens até o máximo do subgrupo, desde que em projetos diferentes). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de declaração do coordenador do Projeto e do termo de concessão de auxílio à pesquisa, emitido por agência nacional ou estadual de fomento à pesquisa (CNPq, Capes, FINEP e FAPs).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

IV - Experiência em educação (desde 2014)⁵		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
13	Mais de 2 anos de atuação na docência ou gestão na Educação		10		
14	Mais de 2 anos de atuação em outras funções na área de educação		05		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					
V - Trabalho apresentado pelo candidato em evento (desde 2014)⁶		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
15	Comunicação oral em evento acadêmico no Brasil		05		
16	Poster ou painel em evento acadêmico no Brasil		03		
17	Comunicação oral em evento acadêmico no exterior		10		
Pontuação do subgrupo de atividades (máximo de 10 pontos)					
VI – Publicações qualificadas (desde 2014)⁷		Qtde	Peso	Pontos	Anexo n.
18	Autoria de artigo científico publicado em periódico indexado da área de educação com qualis A1 a B2		60		
19	Autoria de artigo científico publicado em periódico indexado com qualis B3 a B5, até 3 autores		40		
20	Autoria de artigo científico publicado em periódico indexado sem qualis, desde que comprove conselho editorial com mais de 70% de doutores e seja publicado a mais de 3 números ou mais de 2 anos, até 3		20		
21	Autoria de livro científico, publicado por editora universitária ou que comprove conselho editorial com mais de 70% de doutores, até 3 autores (metade da pontuação se o meio de divulgação não for impresso)		60		
22	Autoria de capítulo de livro científico, publicado por editora universitária ou que comprove conselho editorial com mais de 70% de doutores, até 3 autores (metade da pontuação se o meio de divulgação não for impresso)		20		
Pontuação do subgrupo de atividades (sem limite máximo)					

⁵ As atividades deste subgrupo não são cumulativas e nem proporcionais. Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de carteira de trabalho (constando o período e a função), portaria de admissão (publicada em diário oficial), contrato de trabalho (registrado no órgão competente), demonstrativos de pagamento (holerites) ou declaração oficial assinada pela chefia/empregador, constando a função e o período. As atividades de docência são as de professor em escolas de educação básica e instituições de ensino superior. As atividades de gestão são as exercidas por profissional de nível superior em gestão, direção, coordenação ou supervisão pedagógica em escolas de educação básica, instituições de ensino superior e secretarias de educação. Outras atividades na área de educação são aquelas desenvolvidas em estabelecimentos (in loco, no estabelecimento) oficiais de ensino, como por exemplo, secretaria, técnicos, tutores, psicólogo, enfermeiro etc.

⁶ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de mais de um trabalho apresentado até o máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de certificado que conste que o candidato apresentou o trabalho e a modalidade de apresentação (comunicação oral ou pôster/painel), independente de o trabalho ter sido publicado ou não nos anais do evento. Eventos científicos são aqueles promovidos por instituições de ensino superior ou por sociedades científicas. Não é necessário anexar cópia do trabalho apresentado.

⁷ As atividades deste subgrupo são cumulativas (pode somar a pontuação de mais de uma publicação e não há limite máximo do subgrupo). Tais atividades devem ser comprovadas por meio de cópia de separata da publicação, contendo obrigatoriamente, as duas primeiras e as duas últimas páginas do livro, capítulo ou artigo, bem como das páginas do sumário, conselho editorial e ISBN/ISSN da obra. Publicações em meio eletrônico ou digital, também deve ser impressa a separata e indicado o link (URL) de publicação do trabalho. Não são contados apostilas, matérias didáticos, anais de eventos e obras não científicas (resultantes de pesquisa), mesmo se publicadas na forma de livro. Somente serão pontuadas obras efetivamente na data da inscrição do candidato, não sendo considerados aceites, atestados de publicação, obras no prelo ou publicadas posteriormente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

PONTUAÇÃO TOTAL: _____ (Máximo de 100 pontos)

NOTA: _____ (Nota = Pontuação dividida por 10)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANEXO VI

**FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA
REALIZAÇÃO DE PROVAS (Lei 13146/2015)**

1- Nome do(a) candidato(a):

2 - É Pessoa com Deficiência: () Sim () Não

Qual deficiência:

3 - Demanda condições especiais por outros motivos: () Sim () Não

Qual (is) motivo (s):

4 - Que condições, apoios ou recursos especiais está solicitando:

5 - Para qual (is) prova (s) solicita tais condições:

() Prova escrita () Prova de suficiência em idiomas () Prova de defesa de projeto/perfil

Obs.: Obrigatório anexar cópia de laudo médico comprovando a deficiência e indicando a necessidade de condições especiais.

Dourados, MS ____ de _____ de 20__.

Assinatura do candidato



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO VII

**NORMAS COMPLEMENTARES PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS
RESERVADAS PARA COTAS NO PROCESSO SELETIVO DO PPGEDU**

1. Poderão concorrer às vagas caracterizadas no Edital PROPP N. 25/2017 como “reservadas para cotas” os candidatos que, no momento da inscrição se autodeclararem como negros, indígenas e/ou pessoas com deficiência, nos termos da legislação e destas normas complementares.

1.1 Os candidatos negros, indígenas e pessoas com deficiência concorrerão em conjunto e nas mesmas condições ao total de vagas reservadas por curso e por linha do processo seletivo do PPGEDU, sem segmentação de perfil ou de reserva de vaga por perfil.

1.2 Para ter direito a matrícula nas vagas reservadas para cotas, a autodeclaração de todos os candidatos deverá obrigatoriamente ser validada, após a divulgação do Resultado Final e antes do início do período de matrícula, por procedimentos especificados nestas normas complementares.

1.3 A não validação da autodeclaração do candidato acarretará a perda do direito de matrícula em vaga reservada, entretanto o candidato continuará a concorrer às vagas em lista de espera da ampla concorrência.

2 Consideram-se negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, para os fins destas normas, os candidatos que se autodeclararem como tal em documento de autodeclaração (entregue preenchido e assinado no ato da inscrição no processo seletivo) e obrigatoriamente validado após a divulgação do resultado final e antes da matrícula, especificamente para o processo seletivo regido pelo edital PROPP N. 25/2017 e mediante edital de convocação da Coordenação do PPGEDU.

2.1 A validação da autodeclaração de negro (preto ou pardo) passará por análise e decisão de validação feita por uma banca composta, indicada e/ou acompanhada pela Comissão institucional da UFGD especialmente designada para este fim, com base em análise das características fenotípicas do candidato, no momento de verificação presencial, seguindo procedimentos e critérios utilizados para as verificações de candidatos a concursos públicos da UFGD;

2.2 A validação da autodeclaração de indígena passará por análise e decisão de validação feita por uma banca designada pela Coordenadoria do PPGEDU, com base na apresentação, pelo candidato, de cópia do registro administrativo de nascimento de indígenas (RANI) e/ou declaração de pertencimento emitida pelo grupo indígena e assinada por liderança da aldeia/comunidade.

2.3 A validação da autodeclaração de pessoa com deficiência passará por análise e decisão de validação feita por uma banca designada pela Coordenadoria do PPGEDU, com base na apresentação, pelo candidato, de laudo emitido por profissional da saúde comprovando a deficiência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

2.3.1 O documento a ser apresentado pelo candidato com deficiência é o laudo médico de especialista em sua área de deficiência (original ou fotocópia autenticada em cartório) atestando a espécie, grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com a lei;

2.3.2 Não serão considerados resultados de exames e/ou outros documentos diferentes do laudo médico de especialista, bem como laudos emitidos em data anterior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de início das inscrições deste processo seletivo;

2.3.3 O candidato que se declarar pessoa com deficiência poderá, a critério da banca de validação da autodeclaração, ter seu laudo avaliado por uma equipe multiprofissional, designada pela Administração da UFGD, para comprovação de sua situação como Pessoa com Deficiência.

3 O candidato interessado deverá, no ato da inscrição, formalizar sua opção por concorrer às vagas reservadas para cotas, especificando sua autodeclaração de negro (pretos ou pardo, conforme quesito cor ou raça, utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indígena ou pessoa com deficiência.

4. Os candidatos aprovados para as vagas reservadas e concomitantemente para as vagas de ampla concorrência, figurarão nas duas listas e serão convocados para a matrícula na vaga de ampla concorrência.

4.1 O candidato aprovado e classificado para vagas reservadas para cotas e aprovado e classificado dentro do número de vagas da ampla ocorrência não será computado para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4.2 Em caso de desistência de candidato aprovado e classificado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato posteriormente classificado nessa condição.

4.3 Em caso de desclassificação por não validação da autodeclaração de candidato aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato posteriormente classificado nessa condição.

4.4 Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes poderão, a critério da Coordenadoria do PPGEdU, ser reofertadas em edital para vagas remanescentes, obrigatoriamente como vagas reservadas, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, que sejam preenchidas por candidatos que concorreram somente às vagas de ampla concorrência.

5 Ressalvadas as disposições previstas em legislação para condições especiais de realização de prova, os candidatos inscritos em vaga reservada participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange: ao horário de início de aplicação das provas; ao local de aplicação; ao conteúdo; à correção das provas; e aos critérios de aprovação e classificação.

6 Os recursos relacionados a parecer das bancas de Validação de Autodeclaração deverão ser encaminhados a Coordenação do PPGEdU no prazo de 48 horas contados da divulgação do resultado da validação e serão respondidos no mesmo prazo.

7 Os casos omissos nestas normas complementares serão tratados em primeira instância pela Comissão de Seleção do PPGEdU ou encaminhados para a Coordenadoria do PPGEdU.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EDITAL N. 25/PROPP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANEXO VIII
TERMO DE OPÇÃO E AUTODECLARAÇÃO POR INSCRIÇÃO PARA AMPLA
CONCORRÊNCIA / VAGAS RESERVADAS PARA COTISTAS⁸

Eu, _____, CPF
_____, portador do documento de identidade _____, para o
fim específico de me inscrever no Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, **FORMALIZO A MINHA
OPÇÃO POR CONCORRER ÀS SEGUINTE VAGAS** (marcar obrigatoriamente somente
uma opção):

- Somente às vagas de ampla concorrência
 Simultaneamente às vagas de ampla concorrência e às vagas reservadas para cotas

FORMALIZO MINHA AUTODECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL, COMO
(marcar obrigatoriamente somente uma opção):

- Sou optante por concorrer **somente às vagas de ampla concorrência**
 Sou **negro** (preto ou pardo) e solicito inscrição por cotas
 Sou **indígena** da etnia _____ e solicito inscrição por cotas
 Sou **pessoa com deficiência** e solicito inscrição por cotas

Dourados-MS, ____ de _____ de _____.

Assinatura

⁸ Este documento permanecerá, lacrado no envelope que foi entregue e, guardado pelo Presidente da Comissão de Seleção, sendo aberto somente após a elaboração da lista de aprovados e classificados nas vagas de ampla concorrência, para elaboração e divulgação, no mesmo dia, de uma outra lista, com aprovados e classificados nas vagas reservadas para cotas, conforme as opções/autodeclarações que forem verificadas nos envelopes e que serão oportunamente validadas, não havendo qualquer outro momento, durante o processo seletivo, no qual o candidato poderá manifestar ou será demandado a manifestar sua opção/autodeclaração quanto às vagas às quais concorre.